

RESOLUÇÃO Nº 35, de 16 de Março de 2016.

Delibera sobre a Reconstituição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso e da outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO , no uso que lhe são conferidas pela Lei nº 1.861, de 08 de Setembro de 2010, Artigo 7º, inciso III, parágrafo 3º e Lei nº 2.026, de 12 de Junho de 2012 e pela Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012, em assembléia ordinária realizada em 10 de março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconstituir Comissões Permanentes no âmbito do Conselho, e atribuir competências a:

a)- Comissão de Inscrição de Associações e Análise de processos de Denúncia ;

b)- Comissão de Orçamento e acompanhamento de ações com recursos do Fundo do idoso e dos Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso com investimento público.

Art.2º - A Comissão de Inscrição de Associações e análise de processos de Denúncia passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- Maria Conceição Martins Lepique, membro da Sociedade Civil;

- Grace Driesmans Beyer, membro da Sociedade Civil;

- Zally Pinto Queiroz Vasconcelos – membro da Sociedade Civil

-Sonia Maria Vitor – membro da Sociedade Civil.

- Luciana Kelly de Oliveira Silva – Membro do Poder Público.

Art. 3º - A Comissão de Inscrição de Associações e Análise de Processos de Denúncia terá como competência,

- I- Receber Processos de Pleito de Inscrição de Entidades/Associações/Programas/Serviços e/ou de Pleitos de Manutenção de inscrições anteriormente concedidas, após a juntada de documentos constantes da Resolução 08/2012 no Artigo nº 12, analisando os processos de inscrição a fim de emitir

parecer subsidiando o colegiado de sua decisão, amparada as legislações em vigor.

- II- Os Pleitos de manutenção das inscrições anteriormente concedidas serão analisados a partir dos documentos solicitados no Art. 1º, inciso I, e II, da Resolução nº 25, de 14 de Março de 2012;
- III- Os Processos de Denúncia deverão estar instruídos de materialidade e indícios que permitam a tomada de providências. Devendo a comissão se articular com órgãos de atendimento a fim de referenciar e encaminhar a situação para procedimentos cabíveis subsidiando o colegiado para sua decisão.
- IV- Receber informações para tomada de conhecimento das ações em co-gestão entre a SEPEDI e outros órgãos da administração no atendimento às pessoas com deficiência, inscrevendo essas ações, sua periodicidade, e recebendo relatórios (qualitativos e quantitativos) elaborados pelos técnicos. Estabelecer periodicidade para o recebimento do relatório.
- V- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador a vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- VI- A Comissão terá como prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais um período de 30 (trinta) dias, justificando sua proposição, desde que deliberado pelo colegiado o novo prazo.

Art. 4º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- Carlos Henrique Galvão; membro do Poder Público
- Angela Maria Nunes, membro Administração indireta;
- Sueli Costa Machado – membro da Sociedade Civil;
- Antonio Humberto Costa Machado - membro da Sociedade Civil;
- Walter Antonio e Silva – membro da Sociedade Civil.

Art. 5º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e dos Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, terá como competência:

- I- Receber e montar processo de acompanhamento dos Programas/Projetos em Execução, municiados do Termo de Convênio e/ou Contrato de Prestação de Serviços, Plano de Ação (Planilha de Despesas e Cronograma de Desembolso); tendo em vista seu caráter fiscalizador e
- II- Estabelecer periodicidade de recebimento e análise dos documentos acima referidos, podendo requisitar informações, documentos e/ou outros que possam elucidar quaisquer dúvidas,
- III- Solicitar e receber da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do idoso, SEPEDI, informações que forem necessárias para desempenho de suas atribuições, e esclarecedoras visando subsidiar seu parecer.
- IV- Solicitar aos órgãos pública legislação em que figure destinação de recursos ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, visando seu acompanhamento.
- V- Solicitar aos órgãos competentes extratos da conta denominada Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência visando acompanhamento de sua movimentação. Remeter cópia dos documentos aos coordenadores financeiros do Fundo, membros da diretoria executiva do colegiado.
- VI- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador a vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- VII- A Comissão terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais um período de 30 (trinta) dias, justificando sua proposição, desde que deliberado pelo colegiado o novo prazo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação , revogando as anteriores, bem como as disposições em contrário, devendo ser encaminhada para publicação em veículo oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura de Caraguatatuba.

Zally Pinto Vasconcelos Queiroz – Presidente do CMMDI